

REFLEXÕES SOBRE A JUVENTUDE FRENTE A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E TRABALHO

REFLECTIONS ON YOUTH FACING THE PRECARIOUSNESS OF EDUCATION AND WORK

Douglas Goulart Lopes¹

Neide Aparecida de Souza Lehfeld²

RESUMO

Caracterizado por muitas mudanças, o cenário de crise econômica no Brasil tem afetado sobretudo os jovens. Com a piora das taxas de pobreza, abandono escolar e precarização do trabalho, o jovem vem sofrendo com altos níveis de desemprego e uma educação que apresenta um perfil excludente. Visto isso, o objetivo do presente artigo é ampliar a visão acerca dessa realidade complexa que apresenta inúmeras recessões postas aos jovens que interferem diretamente no seu futuro e percepção deste. Assegurando uma reflexão analítica que busca propostas de emancipação do jovem e considerando este ser um dever histórico do Estado, da família e da sociedade, a construção do texto, com base na pesquisa bibliográfica exploratória releva fatores indispensáveis para a superação da pobreza, mas que, com a perspectiva neoliberal adotada pelo Estado se encontram em segundo plano. É possível compreender que dilemas próprios desse momento como ir trabalhar e/ou estudar, ingressar em uma faculdade, morar com os pais ou sair de casa, são na verdade decisões condicionadas pelo complexo sistema capitalista que não dispõe de oportunidades iguais para todos e assim mantêm as relações sociais desiguais que circulam, ainda hoje.

Palavras chave: Juventude. Escolaridade. Precarização do trabalho

¹ Bacharel em Direito pela Unaerp. Advogado. Mestrando em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP. Email: douglasgoulartlopes@gmail.com

² Possui graduação em Curso de Serviço Social pela Universidade de Ribeirão Preto (1971), graduação em Pedagogia pela Universidade de Ribeirão Preto (2011), mestrado em Serviço Social pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1980) e doutorado em Serviço Social PUC/SP pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985). Atualmente é consultor nacional da Universidade Estadual de Londrina, consultor nacional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, presidente da comissão Própria de Avaliação - CPA Universidade de Ribeirão Preto, celetista da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, presidente da comissão central de pós-graduação da Associação de Ensino de Ribeirão Preto, professor da disciplina de estágio pedagogia da Associação de Ensino de Ribeirão Preto e consultor ad hoc do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social Aplicado, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social - políticas sociais, análise e parecer, criança e adolescente, banca examinadora e serviço social. Relatora de processos de Renovação de Reconhecimento de Curso de Graduação pelo Conselho Nacional de Educação do Estado de São Paulo. Registro ORCID nº. 0000-0002-3630-1134. Membro representante da Associação de Ensino de Ribeirão Preto - AERP/UNAERP no Conselho do Idoso. Email nlehfeld@unaerp.br

ABSTRACT

Characterized by many changes, the scenario of economic crisis in Brazil has mainly affected young people. With worsening poverty rates, dropping out of school and precarious work, young people have been suffering from high levels of unemployment and an education that has an exclusionary profile. Given this, the objective of the present article is to broaden the view about this complex reality that presents numerous recessions placed on young people that directly interfere with their future and their perception. Assuring a reflection analytical that seeks proposals for the emancipation of young people, considering this to be a historical duty of the State, family and society, the construction of the text, based on exploratory bibliographic research, highlights indispensable factors for overcoming poverty, but which, with The neoliberal perspective adopted by the state is in the background. It is possible to understand that dilemmas inherent in this moment, such as going to work and / or studying, entering a college, living with parents or leaving home, are in fact decisions conditioned by the complex capitalist system that does not have equal opportunities for everyone and thus maintains the same conditions. unequal social relations that circulate, even today.

Keywords: Youth. Scholary. Precariousnessofwork

1. INTRODUÇÃO

Vivemos no século XXI, em uma sociedade capitalista globalizada aliada ao ideário neoliberal que prega a desregulamentação de direitos sociais, a flexibilização de relações de trabalho e uma alta rotatividade no mercado.

A implantação de um único mercado que prevalece sobre o social, calcado na supremacia tecnológica e econômica são fatores cruciais para entender a relativização dos valores morais e a despreocupação com o aspecto humano.

Essa relativização tem feito com que valores da infância sejam perdidos e crianças cresçam desorientadas com tantas informações, habituadas a não pensar e querer consumir cada vez mais. Não apenas as crianças, mas a sociedade no geral é doutrinação diretamente e indiretamente pela mídia para aceitar os fatos do cotidiano acriticamente por diversos meios sociais e culturais.

Carlos reforça essa ideia de que, na sociedade atual, os valores disseminados não beneficiam as crianças.

[...] um novo cenário passou a caracterizar a vida urbana. Hoje o local de troca de informações e de diversão é a TV ou o vídeo game, e não mais o saudável hábito das cadeiras nas calçadas ou das brincadeiras infantis que, sem sombra de dúvidas, traziam muito mais benefícios para as crianças no que concerne ao desenvolvimento da sua capacidade de estabelecer relações sociais, como no desenvolvimento do seu potencial criativo e intelectual. (CARLOS, 1996)

Segundo Carlos (1996:55 apud MAZO, 2000, p. 4), essa nova organização do espaço social de poder é garantida através(...) “do aprofundamento da divisão espacial do trabalho, da ampliação do mercado mundial, da eliminação das fronteiras do estado e da generalização do mundo mercadoria”.

É nesse contexto que o jovem se insere como ser envolvido nessa dinâmica, vulnerável aos valores ditados pela sociedade.

Bombardeado incessantemente por valores como a competitividade, individualismo e consumismo, Mazo (2000) parte do princípio de que o indivíduo vai perdendo a sua identidade nacional e volatilizando suas relações sociais. A relação da juventude com o consumo, se configura hoje como “o centro organizador da ordem social, política, econômica e cultural do presente“(Costa, 2009, p.35).

A disseminada ideologia burguesa cujo modo de vida capitalista é dado como o melhor para a humanidade e até pôde-se dizer, a única estrutura possível de civilidade, instituindo um padrão de pensamento contrário a qualquer tipo de transformação, supervaloriza o ter em detrimento do ser, invertendo causa-efeito e mascarando as desigualdades através de uma meritocracia que não existe.

Desse modo, jovens são estimulados diretamente e indiretamente a crerem que, basta o esforço próprio para se conquistar o sucesso e felicidade, que, por sua vez, está diretamente ligado a posses materiais.

É fácil perceber essa lógica de reprodução quando observamos as referências de sucesso expostas pela televisão que ostentam o luxo, principalmente aqueles que tiveram sua vivência original em periferias e divulgam uma vida permeada por bens materiais, o que reforça esse ideário entre os jovens. Na verdade, sabemos que as oportunidades não são postas de maneira igual para todos, ou seja, que a trajetória do jovem é condicionada pelos dispositivos presentes na sociedade que determinam suas possibilidades (FALEIROS,2008).

Ele, como indivíduo inserido em um processo identitário e almejando a superação de dificuldades, procura um grupo para sua autoafirmação e é conduzido a uma busca pela felicidade e satisfação, projetando o seu futuro.

Nessa perspectiva é fundamental citar as considerações abaixo (Paiva, apud Silva,2005, p.34).

Desenvolvimento tecnológico, consumismo, supervalorização dos jovens, precarização do trabalho, votalidade, globalização, marcas registradas da contemporânea idade, evidenciam situações como uso de drogas, a revolta, a marginalização e a violência. Essas expressões tornam-se mais agudas ou se

expressam com maior radicalidade nessa fase. ‘Os adolescentes e jovens são extremamente afetados no mundo globalizado, seja por sofrerem violências, seja por violentarem outrem. Apesar de viver em uma história em que são violentados, são as violências produzidos por eles que ganham visibilidade na sociedade (...)’ (Paiva apud Silva,2005, p. 34).

Essa perspectiva é tão marcante que contribui para que, por diversas motivações o jovem aceite trabalhos precários, mal remunerados, exploradores e até ilegais. Tal precariedade é observada nos cargos mais oferecidos para essa faixa etária: a indústria de serviços e telemarketing.

O desejo ou necessidade de consumo molda o significado do trabalho que passa a ser como fonte de renda, mesmo que pequena. Dessa forma, os produtos manipulam o estilo de vida de cada um.

Como resultado de uma globalização somada a princípios neoliberais se tem a imposição aos países periféricos de uma economia subordinada aos países centrais, causando seu empobrecimento agravado com a retração de um Estado na regulação do mercado e principalmente na área social.

Com o desmantelamento de direitos decorrentes de uma crise econômica ocasionada pela queda na taxa de lucro tivemos, entre tantas consequências, o desemprego e o aumento da informalidade.

O desemprego no Brasil chegou a 12% em média, no segundo trimestre de 2019, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no qual os jovens foram os mais afetados pela diminuição da oferta de postos de trabalho em comparação aos adultos.

A crise econômica e política que impactou o país desde o ano de 2014 (BARBOSA FILHO,2017) e analisada pelos especialistas em economia demonstra consequências como a redução de pessoas empregadas no setor privado com emprego formal.

A precarização do trabalho é uma marca da sociedade atual e ocorre em toda parte do mundo com a redução de empregos estáveis, a subcontratação, os temporários, em tempo parcial, eventuais, o trabalho em domicílio, por conta própria etc. (Singer, 1998).

Essa condição é manifestada na definição de Alves (2013) sobre a reestruturação produtiva

[...] o processo de ‘precarização do trabalho’ decorre da crise estrutural do capital, que pode ser tratada tanto como (1) processo de crise da valorização do valor, o que explica, desse modo, o complexo reestruturativo da produção do capital e a precarização estrutural do trabalho no capitalismo global, visando constituir novas

condições para a exploração da força de trabalho assalariado; a vigência da financeirização da riqueza capitalista com a presença hegemônica do capital especulativo-parasitário; quanto (2) processo crítico de (de)formação humano-social (crise do humano), com a incapacidade do sistema do capital em realizar as promessas civilizatórias contidas no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social (ALVES, 2013, p. 87)

Essa pratica de reduzir ao máximo o pessoal empregado, com a finalidade de diminuir os custos de produção e impedir a organização dos trabalhadores, mediante o incremento do desemprego e da precarização do trabalho, que os fragiliza e os põem na defensiva é atual (FERGUS, s/d; MANDEL, 1990), sendo assim, a tendência, segundo David Harvey (1992, P. 144), “[...] é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custo quando as coisas ficam ruins”.

Para a análise acerca da precarização do trabalho juvenil é preciso levar em conta a alta rotatividade entre trabalhadores jovens, as incertezas quanto a sua capacidade visto que se trata de uma fase estigmatizada pela sociedade e a sua falta de experiência.

2. INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO

A empregabilidade flexível e competitividade são bandeiras da globalização para a juventude.

O modo capitalista baseado na exploração, sustentado por crises cíclicas e que visa o lucro são a base das relações sociais impostas pelo capital x trabalho.

Como resultado, se tem um distanciamento entre as classes sociais e a exclusão social.

Em um mercado cada vez mais competitivo, essa perspectiva traz à tona a ideia de uma aprendizagem permanente, antes restritas a intelectuais, professores, cientistas. Atualmente, é uma exigência para qualquer trabalhador.

Agricultores deixaram de arar a terra com a substituição pelas máquinas e foram trabalhar nas indústrias recém instaladas. Logo, esses trabalhadores também foram afetados pela automação e agora ocupam postos de trabalho de baixa qualificação.

Com tais mudanças tecnológicas e de automação, a necessidade de se reinventarem se torna pressuposto fundamental para se manter ativo na nova sociedade

especialmente com tantos avanços tecnológicos.

Não se pode ignorar a contradição existente no tempo presente entre uma modernização da tecnologia e o acesso desigual a ela, o que interfere fortemente nas condições vivenciadas dos jovens das classes pobres e uma diminuição dos postos de trabalho ao mesmo tempo em que se exige uma maior qualificação e experiência.

Não, necessariamente, o cargo ocupado pelo futuro trabalhador exija tais conhecimentos. O que acontece, é um mercado a favor do empregador que busca uma qualificação mesmo não sendo necessária para o cargo oferecido.

Nunca se produziu com tanta facilidade como agora ao mesmo tempo em que o ritmo de produção aumentou. Como alternativa para o desemprego estrutural, a diminuição da jornada de trabalho para que, sempre produzindo mais, consiga empregar mais homens tem sido uma opção, mas não suficiente.

A empregabilidade, entendida como maior probabilidade de obter um emprego, como também a possibilidade de ter acesso a postos de trabalho melhor remunerados está estritamente relacionada à educação.

O trabalho, como marco da passagem da condição juvenil para a vida adulta possui valor simbólico vinculado a fatores como o desejo de independência, de responsabilidade, e de forma mais específica para essa fase vulnerável, ao acesso à renda, que continua sendo o principal condicionante que infere no ingresso precoce no mercado de trabalho.

Como vimos acima, o desemprego entre jovens é mais alto comparado com o resto da população economicamente ativa, sobretudo entre aqueles com baixa escolaridade.

Para Marina Aguiar, pesquisadora do IBGE (IBGE, 2018b):

O aumento da taxa de desemprego observado em 2017, certamente foi o que mais colaborou para o crescimento do número de jovens que não estudavam nem trabalhavam, uma vez que no grupo daqueles que só estudavam, praticamente não havia variação em relação a 2016.

Diante da necessidade de trabalhar mais cedo, os jovens formam a mão de obra excedente, barata e vulnerável a ser explorada, o que serve estrategicamente para as engrenagens do sistema capitalista e suas necessidades no processo econômico (HARVEY,1992).

Nessa reestruturação produtiva, percebemos então o lugar que a juventude tem ocupado. Menezes e Uchoa (2013, p.106-107) apontam:

O aumento do trabalho juvenil acompanha as necessidades do processo econômico tanto no que concerne ao crescimento como em termos de suas transformações técnicas e organizacionais que condicionam formas diferentes de absorção de mão-de-obra. (...). A entrada no mercado de trabalho de crianças e jovens na faixa etária de 10 a 17 anos se relacionam com o nível de renda das respectivas famílias (...). Esse quadro aponta uma forte precarização do trabalho de juvenil, a qual é acompanhada por um processo que amplia a quantidade de jovens de periferia em torno do mercado de trabalho secundário.(MENEZES, UCHOA,2013, p.106-107)

Tal precarização, é vista por muitos intelectuais do campo da sociologia crítica, como Druck (2011), como uma estratégia de dominação do capital.

Reforçando essa ideia, Carcanholo e Amaral (2008) nos indica:

O exército industrial é, então, vital para o “bom funcionamento “da produção capitalista e deve ser independente do incremento natural da população, no sentido de que deve existir mesmo que a população não cresça, ou — levando ao extremo, mesmo que a população decresça. Apenas desse modo é possível que o capitalismo explore de maneira crescente um assalariado, seja em termos de extensão de jornada de trabalho, seja em termos de intensificação do trabalho numa mesma jornada(CARCANHOLO; AMARAL,2008,p.169).

Segundo Alves (2013), a precarização não se dá somente sobre a força do trabalho como mercadoria, mas também sobre o homem. Nesse processo, ocorre a “ desefetivação do homem como ser genérico “ (2013, p.86), na autoalienação do homem no trabalho na vida, com efeito severo sobre a subjetividade humana e suas dimensões da ordem pessoal, de sociabilidade e de autor referência. Destacando assim a grande vitória do capital que foi a destituição dos laços sociais que transformou os trabalhadores em mera força de trabalho a seu serviço.

Os jovens vislumbram assim, um horizonte instável, sem amparo e garantia dos seus direitos.

O não crescimento da economia, o aumento das dívidas públicas, o crescimento do desemprego, a diminuição da renda, a robotização e outros indicadores econômicos impactam direta e fortemente o êxito operativo das políticas públicas.

Por necessidade de trabalhar, o jovem muitas vezes é obrigado a amadurecer mais cedo e, sem condições de conciliar com os estudos, acabam por contribuir para a evasão escolar.

Essa dificuldade em superar a entrada precoce no mercado, o baixo nível de escolaridade, a disfunção serie-idade refletida no alto índice de repetência contribui para que tal fenômeno venha aumentando.

Estudos demonstram que essa entrada precoce no mercado de trabalho pouco impacta na ocupação futura do jovem, mas que comprometem expressivamente seu grau de remuneração pelo menos nos primeiros anos da vida adulta, ou seja, essa desigualdade se estrutura ao longo da vida do jovem.

Esse tempo de crise, condiciona as ações dos jovens em elevada complexidade, e seu entendimento, como expressões da “questão social”, enquanto tensões nas classes sociais, condiciona a juventude a uma estratificação social real que resulta em sua forma de ser e ver o mundo.

Para romper com esse círculo, a educação é fundamental. Contudo, como expõe Nascimento, Moraes e Melo (2013,p.263) ela apresenta um perfil excludente que “por este caráter discriminatório e dualista, o ensino secundário continuou destinada a formação das elites dirigentes, enquanto que o ensino profissional era destinada ao operariado e seus filhos”.

Nesse pensamento bastaria para os mais pobres e vulneráveis do Brasil, o pleito pelo acesso até o nível médio educacional e/ou a cursos técnicos e profissionalizantes, sem discussão do grau de qualificação. Consideração discriminatória e conservadora que retrata a base neoliberal engrenada na definição das políticas públicas educacionais brasileiras.

No ambiente escolar, assiste-se a falta de infraestrutura, a superlotação de escolas, a precarização de atividades extra-curriculares, esportivas e culturais, além das dificuldades dos docentes com metodologias de ensino-aprendizagem mais ativas.

Como manter os jovens motivados nesse cenário e torná-los protagonistas numa sociedade em que há diminuição de postos de trabalho e que estes não viabilizam o desenvolvimento humano e dos estudos?

Sombreando ainda mais esse quadro vivencial, dessas novas gerações, estão os cortes governamentais de orçamentos para o Fundo de Educação Superior (FIES), além das vagas de bolsas apresentadas pelos processos seletivos do Programa Universidade para Todos (PROUNI), Lei nº. 11.096, de julho de 2005.

São 1.460 instituições particulares de ensino superior (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR - ABMES, 2018) que oferecem bolsas parciais e integrais para salvaguardar o não pagamento de tributos referentes à parte patronal da Instituição, ou seja, o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Para se candidatar às bolsas PROUNI com vistas ao acesso à universidade é necessário que o vestibulando tenha feito o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do

ano anterior e ter alcançado no mínimo 450 pontos e ter tido nota superior a zero redação. As avaliações de anos passados do ENEM não valem para o pleito de uma bolsa.

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, caracterizado com uma política governamental de acesso à educação superior, numa nova versão aumentouos critérios para controlar a inadimplência por partes dos alunos egressos.

Resultados de qualidade apresentados pelo sistema educacional brasileiro são críticos e dois fatos se destacam quando se fala em ensino superior: o primeiro é que muitos jovens, principalmente na maioria das vezes provenientes da rede de ensino publica não recebem esclarecimentos suficientes acerca de todas as possibilidade de ingresso no ensino superior seja em faculdades públicas ou privadas; em segundo lugar observa-se uma inversão entre os jovens, na maioria das vezes, aqueles que passaram por uma rede de ensino particular ocupam majoritariamente vagas em faculdades públicas enquanto os jovens pobres, ou recorrem a programas e financiamentos ou simplesmente não cursam o ensino superior ou optam por cursos profissionalizantes.

Esse perfil excludente cada vez fica mais evidenciado e restringe as oportunidades da maioria dos jovens, pobres e negros.

Esse ensino segmentado é traduzido em ordens para formar os setores mais pobres para o trabalho técnico apenas e produtivo na área de serviços, enquanto a elite para uma formação mais humanista voltada para o ingresso no ensino superior. Essa diferença é preponderante para definir o futuro percurso dos jovens que se deparam com processos seletivos excludentes e desiguais (FERNANDES,1978;GOMES,2000;KRAWCZYK,2014;TEIXEIRA,1978).

Surge o bordão “jovens nem-nens” que reforçam um estigma posto de que o jovem seria ainda irresponsável, problemático. Esse termo construído para jovens que estão fora da escola e do mercado de trabalho não reflete as muitas mudanças ocorridas, servindo apenas para formar ideias negativas.

Esses jovens sofrem diante de barreiras internas motivacionais, a falta de ferramentas que possibilitem a realização desta aspiração e aqueles também que, se esforçando para estudar e trabalhar, desistem por barreiras externas com dificuldade em conciliar as duas tarefas e a falta de transporte público.

Sem apoio e diante de um novo governo que não se preocupa em investir na

educação, visto os cortes orçamentários dessa área, as perspectivas são reduzidas a angústia. Vale ressaltar que essa falta de investimentos na educação acarretará muitos prejuízos no futuro já que a população brasileira está envelhecendo. Uma pesquisa demográfica apresenta que até 2030 haverá uma taxa de dependência muito maior do que a deste início do século XXI.

No campo das políticas públicas para a juventude brasileira é um desafio superar as linhas de ação mais conservadoras e menos emancipatórias na concretização de programas sociais, nos municípios brasileiros, caracterizados como fragmentados, de pouca participação dos jovens e sem sustentabilidade de toda ordem: humanos, técnicos e orçamentários.

A crise enfrenta atualmente não é natural, nenhuma é, e determina uma restauração do capital quanto ao aprofundamento das contradições na sociedade capitalista.

Para Marx (2013), as classes sociais permanecerão vivas, enquanto houver as diferenças de renda e desigualdades sociais, e, conseqüentemente, existirá a reprodução de dominação, alienação e violência, com o crescimento da barbárie social e enriquecimento da minoria versus o empobrecimento da classe trabalhadora. A partir desse fenômeno, surge a denominação de questão social, designando o pauperismo através das relações antagônicas entre o capital e o trabalho. Neste sentido Iamamoto, (2008) complementa:

[...] como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz em comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...] (IAMAMOTO, 2008, p. 27).

Spósito et al. (2018), em pesquisas recentes sobre os jovens no Brasil, consideram que deve fazer parte da agenda de estudos:

[...] a compreensão sobre como as mudanças socioeconômicas experimentadas na última década, bem como sua recente inflexão, declinam na experiência da atual geração de jovens, seja em termos de um conjunto de novas expectativas, seja em desafios para satisfação de tais aspirações.

Essa sociedade não se preocupa com a emancipação do homem e se interessa apenas em formar trabalhadores que possam oferecer sua força de trabalho ao capital e daí extrair a mais-valia.

É urgente e evidente a necessidade de nos posicionar e avançar mais no combate à desigualdade social, de modo a alcançar oportunidades para que os jovens se insiram com

qualidade e segurança em espaços ocupacionais que realmente os desenvolvam e os protejam de forma integral.

CONCLUSÕES:

O quadro conjuntural atual demonstra que, além de incertezas e dúvidas, os momentos de crise, pelas quais a sociedade se encontra, demandam as pressões internas, já existentes nos indivíduos. As pressões externas causam uma intensa vulnerabilidade com relação a sentimentos, gera angústia, fobias, que assolam o jovem, que não se amedronta apenas com a falta de solução para o que é novo, mas com a probabilidade desse novo provocar ameaças cujos recursos pessoais e materiais para o enfrentamento serão inexistentes ou intangíveis.

São muitos estudos que apontam para as dificuldades dos jovens de se inserirem no mundo do trabalho e o sentido amesquinhado das políticas públicas voltadas para esse segmento populacional.

A articulação destas a fim de garantir ao jovem, visto como sujeito de direito e prioridade do Estado, família e comunidade o acesso a serviços e direitos garantidos no Estatuto da Criança e Adolescente, Estatuto da Juventude e na própria Constituição Federal deve ser uma busca incessante para um melhor funcionamento com eficácia.

Tais direitos sociais, que dizem respeito aos direitos à educação e ao trabalho, devem seguir a defesa intransigente e efetivação não apenas paliativa como as políticas pública legitimadas pela transferência de renda, mas buscar uma concreta transformação social com desenvolvimento de potenciais e assim garantir a participação e exercício pleno da cidadania.

A precarização é legitimada pelos cargos ofertados pelo mercado e pelos cursos profissionalizantes ofertados pelo Estado. Além de não viabilizarem por meio da educação uma alternativa que promova a emancipação do jovem.

Estamos dentro de um período crucial para o enfrentamento da crise econômica já que daqui alguns anos a taxa de dependência aumentará, sendo de suma importância a criação de novos empregos e incentivo à educação que reflete todo o futuro de uma sociedade.

Em uma sociedade consumista, valores como a justiça, a cidadania, e a solidariedade devem ser retomados, por intermédio de aprendizagem ativa. Só dessa maneira o

jovem poderá recuperar seu estímulo à participação política tão necessária, ampliando sua consciência sobre os direitos.

REFERÊNCIAS:

BATISTA, Modesto Cornélio. O DILEMA DA INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO: INFORMALIDADE OU PRECARIZAÇÃO. **Revista Juventude e Políticas Públicas**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 157-166, jan. 2018. ISSN 2525-7161. Disponível em: http://revistasnj.ibict.br/ojs_snj/index.php/snj/article/view/34. Acesso em: 07/09/2019

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fabio. **Impacto do desemprego e da informalidade sobre a empregabilidade e a renda futura do jovem**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA), V.16, p.57-69,2017.

CARLOS. Ana F. A A Natureza do Espaço Fragmentado. In: **O Lugar do/ no Mundo**. São Paulo Hucitec. 1996

FALEIROS, V. P. Juventude: trabalho, escola e desigualdade. **Educação e Realidade**, v.33, p. 63-82, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Agência de Notícias. **Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018**. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018.html>>. Acesso em: 02 jul. 2018

MAZO, *Heloisa Appel*; A escola na era da globalização: uma questão a ser discutida... **Revista de Ciências Humanas**, v.1, n.1, p.25-39,2000. ISSN 1981-9250. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/202>. Acesso em: 25/09/2019

MONIN, S. Agonia da educação: crise no ensino revela a urgência de tirar Brasil do atraso. SPUTNIK, abril, 2019. <https://br.sputniknews.com/brasil/2019040913637751-educacao-mec-brasil-crise/>. Acesso em: **09.04.2019**

PAIVA, AngelaRandolpho. **Juventudes: desigualdades e simetrias**. In: PAIVA AngelaRandolpho (Org.). **Juventude: cultura cívica e cidadania**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo. **ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE**: entre conceitos e políticas pública. **CADERNOS DE TERAPIA OCUPACIONAL DA UFSCAR**, v.17,p.87-106,2009.

Submetido em 30.09.2019

Aceito em 06.10.2019